

Impacto dos Comportamentos Auto-Destrutivos na Saúde Sexual dos Jovens O Caso do Consumo Excessivo de Álcool

M^a Teresa Gama Barbosa¹

Texto apresentado no "I Congr s Internacional Juventut I Societat"; Girona, Junho 2009

Resumo:

As crianças e jovens das sociedades de hoje confrontam-se com um dilema particularmente angustiante. O estilo de vida e as exigências associadas à sobrevivência das famílias e das organizações sociais de proximidade não parecem compatibilizar-se com a necessidade de equilíbrio no processo de desenvolvimento ecológico do ser humano.

Com efeito, o dilema consiste basicamente no facto de :

- Ou os contextos primordiais dos microsistemas (Bronfenbrenner) ocuparem todo o espaço educativo, conduzindo   infantilização e a restrições nos processos de criação de autonomia das crianças e jovens. Deste modo, não os preparam para construir, com conhecimento aut nomo, o seu futuro, gerando fragilidades e dependências facilmente manipuláveis por interesses não controlados socialmente;
- Ou os contextos secundários substituem completamente, ou quase, os modelos educativos adultos, promovendo uma entrada precoce em responsabilidades "adultas" em crianças e jovens claramente imaturos para o fazerem com responsabilidade.

Não surpreende que, em tal contexto, um relatório do Grupo de Consultoria sobre Saúde Sexual e HIV alerte para o facto de o álcool, as drogas e comportamentos sexuais de risco estarem a provocar uma "crise de saúde sexual" no seio da juventude britânica.

Esta comunicação, com base no enquadramento teórico referido, visa, então, dar conta das condições sociais que conduzem ao consumo excessivo de álcool e drogas como factor potenciador da crise de saúde sexual.

¹ Técnica Superior Principal de Serviço Social no Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) – Porto Oriental.

Introdução

O estilo de vida e as exigências, associadas à sobrevivência das famílias e das organizações sociais de proximidade (escolas, centros de lazer, etc.), não parecem compatibilizar-se com a necessidade de equilíbrio ecológico no processo de desenvolvimento do ser humano.

Não seria difícil dar exemplos das perturbações ecológicas dos ambientes onde vivem e sobrevivem as pessoas. Nesta comunicação, contudo, centramos-nos nos aspectos ligados ao desenvolvimento e construção da pessoa e, dentro destes, à influência do desequilíbrio entre contextos primordiais e contextos secundários do microsistema (Bronfenbrenner, 1995), na busca de uma possível interpretação teórica dos fenómenos de risco para a saúde, que decorrem sobretudo do consumo juvenil de álcool que parece ser o que mais preocupações suscita neste momento.

As disposições, os recursos e as demandas de cada criança e jovem não são neutros neste processo, tal como os processos de interação da pessoa com o contexto, que decorrem ao longo do tempo.

Conscientes desta complexidade, tomamos, mesmo assim, a opção de abordar a partir daquilo que nos parecem ser condições não ecológicas que têm origem no desequilíbrio entre contextos primordiais e secundários. Assumimos que o desequilíbrio entre contextos gera dificuldades na construção da pessoa, simultaneamente potenciadas e potenciadoras de desequilíbrios no interior de cada um desses contextos (família, escola, etc.).

Por outro lado, assumimos a perspectiva de Marlatt (1999, 2000) a respeito da redução de danos, como uma proposta de minimização das consequências adversas do consumo excessivo de álcool, do ponto de vista da saúde e dos seus aspectos sociais e económicos.

1. Contextos de Proximidade



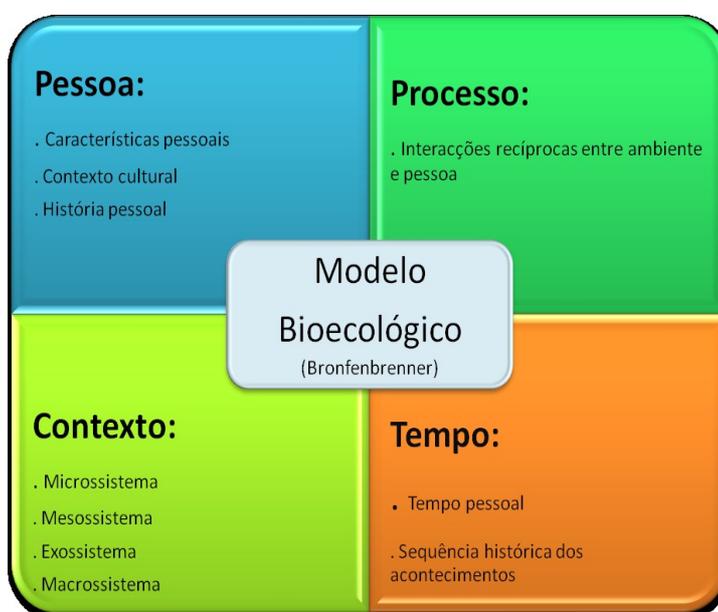
Desde muito cedo e de forma consistente, as crianças vivem num ambiente liderado por adultos, isto é, por pessoas que, em princípio, têm competências e a experiência de vida que as crianças ainda não têm. Não causa estranheza que assim seja e até parece benéfico que assim continue a ser, na medida em que só desta forma os seres humanos adquirem os

instrumentos indispensáveis de socialização.

No entanto, os conhecimentos, as regras e os valores aprendidos desta forma valem pouco, do ponto de vista da formação integral da pessoa, enquanto a criança não se apropriar deles, usando-os com uma relativa autonomia, isto é, sem necessidade de vigilância ou supervisão.

A apropriação de conhecimentos, regras e valores que sirvam como instrumentos de socialização não se faz na solidão da reflexão pessoal, mas na confrontação com esses contextos de proximidade. Se os modelos sociais são aprendidos em contextos primários, isto é, em ambientes liderados por pessoas mais conhecedoras, experientes e com autoridade estatutária, a testagem desses modelos e a sua efectiva apropriação realizam-se, segundo Bronfenbrenner, nos contextos secundários, isto é, nos ambientes não controlados pela autoridade dos adultos.

Resulta então necessário um equilíbrio ecológico entre os contextos primordiais e os contextos secundários: se os primeiros são necessários para que cada ser humano tenha acesso aos modelos de vida da sua sociedade, os segundos são indispensáveis para que cada ser humano se aproprie deles e seja capaz de os respeitar ou de os contrariar com consciência da sua autonomia relativa e conseqüente responsabilidade.



A sensação (muitas vezes, a própria realidade) de insegurança, por um lado, e o estilo de vida imposto pelas regras de sobrevivência das famílias, por outro lado, têm promovido um desequilíbrio cada vez maior a favor dos contextos primordiais.

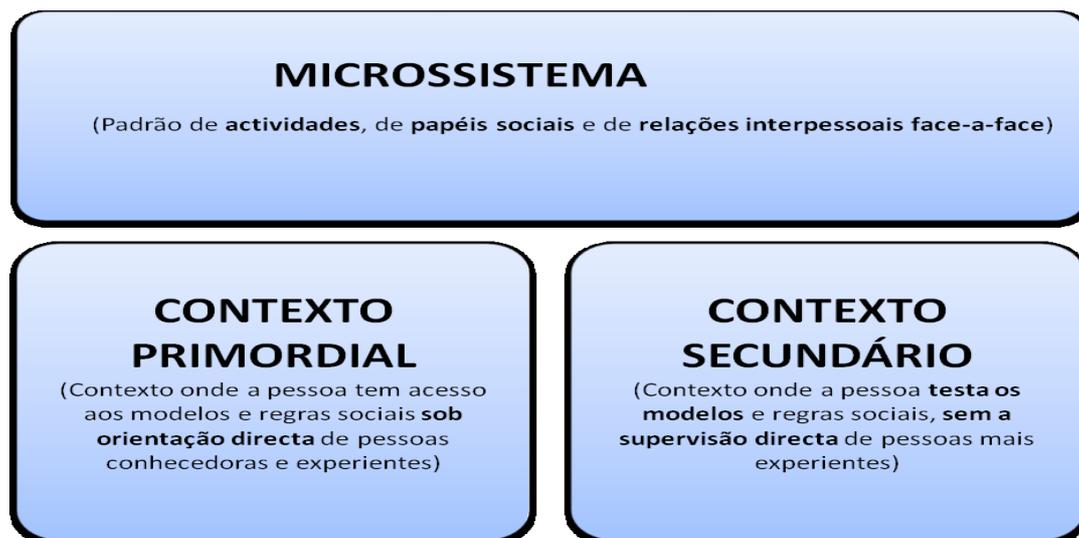
Deste modo, garante-se mais a instrução do que a aprendizagem, a definição de regras do que o seu respeito.

Deste desequilíbrio ecológico entre contextos primordiais e contextos secundários, do microsistema que envolve a formação da pessoa, poderia resultar tão só um alongamento cada vez maior da infância, da adolescência e da juventude e um conseqüente adiamento progressivamente maior da entrada na vida adulta. Por muito que nos custe aceitar esta ideia, ela não

contém nada de substancialmente perigoso em si mesma. No entanto, uma mudança destas não se faz sem dificuldades.

O primeiro problema, o mais óbvio, é que poucas são as famílias (se é que há alguma) que têm as condições necessárias para assumir, só por si, esta tarefa gigantesca de atrasar consistentemente a entrada na vida adulta dos seus filhos.

Uma boa parte delas (se não todas) tem de delegar esta tarefa a instituições sociais: creches, jardins de infância, escolas.



O segundo problema é que as instituições sociais, a quem a família delega uma boa parte da sua responsabilidade neste desequilíbrio, também não conseguem, por si só, nem com a colaboração das famílias, realizar toda a tarefa.

Uma boa parte dessa tarefa é, então, agora para um menor número de crianças e jovens, subdelegada a programas de enriquecimento curricular e a instituições de tempos livres e outras organizações de vigilância e supervisão.

As crianças e os jovens perderam, deste modo, o seu "mundo" próprio, aquele onde, no confronto com os seus pares e sem supervisão directa dos adultos, realizam a tarefa de apropriação e de reformulação dos instrumentos de socialização. Com efeito, as instituições de enquadramento regulam também, no dia a dia, e com regulamentos bem claros, sempre em regime de aperfeiçoamento, as tarefas de construção da autonomia pessoal.

O mundo fora destes regulamentos e fora das instituições reguladoras é, portanto, assumido como um mundo de aventura. E só a aventura pode ter algum sentido fora do controlo dos "educadores", uma vez que esse mundo surge disponível fora do tempo, anacronicamente tarde, sem significado que não seja o dos próprios estereótipos que rodeiam a vida dos jovens que se divertem sem controlo adulto.

Por outro lado, muitas famílias continuam a não ser capazes de se assumirem como o contexto primordial de referência para as crianças e jovens. Os grupos de pares continuam, para essas crianças e jovens, a ser o contexto onde decorre a sua formação pessoal e social. Os modelos de vida e os valores que constroem por sua própria conta, em ambientes sem modelos adultos, correm sérios riscos de não corresponderem satisfatoriamente aos modelos de vida em sociedade. Nestes casos, as outras instituições sociais de proximidade, de modelagem da formação das crianças e jovens (escolas, por ex.) muito dificilmente conseguem superar as lacunas, entretanto organizadas pela vivência quase exclusiva em contextos secundários, onde as regras de vida são estabelecidas entre pares, sem ou com fraca referência a modelos adultos.

2. Contextos Sociais e Comportamentos de Risco e Auto-Destrutivos

Aquelas crianças e jovens que se confrontam, desde muito cedo, com as regras de convivência entre pares, sem referenciais adultos claros, em todo o caso mais fabricados pela sua imaginação do que pela modelagem dos contextos primordiais, terão tendência a rigidificar precocemente os seus padrões de vida, criando a si mesmos e aos outros a ilusão de uma entrada na vida adulta precoce.

Na verdade, comportam-se como se fossem adultos, mesmo antes de adquirirem as condições biológicas e mentais para tal. Esse comportamento não é mais do que a rigidificação dos seus padrões de vida, testados em contextos secundários.

Nisso se distinguem da maioria das outras crianças e jovens que, permanentemente sujeitas à modelagem dos contextos primordiais, acabam por ter poucas oportunidades de testarem, durante a infância e o início da adolescência, os modelos adultos em contextos secundários.

Neste enquadramento social de desequilíbrio ecológico, são favorecidas as disposições pessoais que conduzem:

- ao exercício da autonomia pessoal num sentido conflituoso com a vida em sociedade;
- a dificuldades na organização da autonomia pessoal que resista às solicitações, a partir de opções conscientemente responsáveis;
- a que cada vez mais jovens procurem alterar, através do consumo de álcool, o seu estado de consciência para ter acesso a experiências sexuais ou para encontrar um novo parceiro;

- a que as relações sexuais, praticadas em estado de embriaguez, sejam normalmente desprotegidas

A precipitação e conseqüente rigidificação precoce de modelos de vida, para uns, e a infantilização e lentificação do processo de formação pessoal e social, para outros, são responsáveis, em boa medida, não só pelos riscos que correm muitas das nossas crianças e jovens, mas sobretudo pela quase impossibilidade de intervenção social adequada na contenção desses riscos.

Na verdade, o desequilíbrio ecológico não só gera problemas, como impede as soluções que não equacionem o restabelecimento do equilíbrio, como ponto de partida estruturador de todas as outras soluções.

Entendamo-nos: este desequilíbrio não é entendido como “o factor” determinante; ele é só um factor potenciador de disposições, recursos e necessidades pessoais. Embora afecte todas as pessoas, afecta-as a todas de modo diferente. Felizmente.

Um relatório, do Grupo de Consultoria Independente sobre Saúde Sexual, publicado em Julho de 2007 no Reino Unido, alerta para o facto de o álcool, as drogas e comportamentos sexuais de risco estarem a provocar uma crise de saúde sexual no seio da juventude britânica. O estudo, coordenado por Baroness Joyce Gould, mostra que existe uma forte correlação entre doenças sexualmente transmissíveis, sexo e uso de drogas, acrescentando que o álcool pode aumentar o risco de sexo desprotegido. Nesse relatório, é registado um aumento de 300% de clamídia e HIV e de 200% de sífilis.

Já em 2002, estudos da Fundação Kaiser Family e dos Centros para Prevenção e Controlo das Doenças nos Estados Unidos revelavam a existência de correlação entre a prática de sexo desprotegido e o abuso do álcool.

Estes e outros estudos alertam para um fenómeno preocupante: os comportamentos de risco e de natureza auto-destrutiva estão a aumentar entre os jovens. Mais grave ainda: as campanhas de prevenção não estão a conseguir travar o abuso do álcool nem as relações sexuais desprotegidas, cujas taxas de prevalência nos jovens aparecem frequentemente correlacionadas.

Faz parte do processo de busca de identidade e de formação pessoal que os jovens reconheçam os seus limites, e que, nessa busca, arriquem, muitas vezes, para além do que é sensato. Aquilo que está a acontecer de preocupante, parece, é que cada vez é maior o número daqueles para quem correr riscos implica alterar de forma perigosa os seus limiares de consciência. Quase poderíamos dizer que não se trata tanto de arriscar para se saber quais são os limites, mas de fantasiar e arriscar simultaneamente, de forma a ocultar ou superar, pela destruição, esses próprios limites, como se dependessem exclusivamente da consciência que temos deles.

Com efeito, num estudo de 2009, coordenado pela Associação Europeia de Prevenção "IREFREIA", levado a cabo pelo Centro para a Saúde Pública da Universidade John Moores de Liverpool, sobre jovens entre os 16 e os 35 anos que frequentam os locais da moda nas cidades de Lisboa, Liverpool, Palma de Maiorca, Veneza, etc., concluiu-se que a maioria dos jovens encontra nas drogas um sentido utilitário. Em regra, o uso de drogas precipita o início da actividade sexual, e, em particular, o consumo excessivo de álcool aparece associado à prática de sexo desprotegido. 28% dos jovens inquiridos, que frequentam os locais da moda em grandes cidades europeias, consomem álcool apenas com a finalidade de encontrar um par amoroso. Já num estudo anterior, realizado em 2007, pelo Núcleo de Estudos do Suicídio do Hospital de Santa Maria de Lisboa, se concluía que as vulnerabilidades dos jovens com comportamentos auto-destrutivos se situam sobretudo ao nível das competências sócio-afectivas, relações familiares e relações amorosas e que a sua percepção sobre as suas dificuldades individuais e familiares era catastrófica.

Este uso "utilitário" de drogas e álcool não parece ser facilmente combatido com legislação proibicionista. Este tipo de medidas terá a sua utilidade no curto prazo. No entanto, o estabelecimento de padrões de conduta a partir do macrossistema carece de implementação prática nos microssistemas. E é aqui, ao nível dos microssistemas e nos desequilíbrios e disfunções que os caracterizam, que o problema tem difícil solução, na medida em que o problema não tem tanto a ver com o que é consumido, mas com o enquadramento do consumo. Por exemplo, a proibição do consumo de tabaco nas discotecas portuguesas terá sido acompanhada por um aumento substancial de consumo de bebidas alcoólicas nos mesmos espaços, segundo um estudo realizado nas discotecas de dez cidades portuguesas pelo Instituto Europeu de Estudos na Prevenção (IREFREIA), entre 2007 e 2008. Não é garantido que não se trate de uma coincidência, mas, em todo o caso, um aumento médio de 10% a 14% do consumo de álcool, consoante a cidade estudada, a acompanhar a proibição de fumar é assunto que merece aprofundamento. Parece que algo de perigoso e tendencialmente auto-destrutivo deve ser feito obrigatoriamente em certos contextos não supervisionados pelos "educadores" com autoridade estatutária (pais, por ex.).

Relativamente ao consumo excessivo de álcool, a situação de risco parece particularmente difícil de contornar, sobretudo em resultado de uma tendência de tolerância social bastante grande. Essa tolerância não tem só origem no consumo culturalizado do álcool.

O que acontece, sobretudo na população jovem, é que o consumo de bebidas alcoólicas adquiriu padrões distintos daqueles que eram identificados no passado: verifica-se um aumento do padrão de abuso que não é acompanhado pelo padrão de dependência.

Os jovens, em geral, não bebem às refeições. Têm um padrão de consumo abusivo, caracterizado por ingerir grandes quantidades de bebidas alcoólicas num curto espaço de tempo.

Em síntese, talvez seja legítimo afirmar que:

- As disposições, os recursos e as necessidades pessoais são potenciadas ou inibidas em contextos sociais concretos através de processos proximais;
- Os contextos concretos de vida das crianças e jovens revelam desequilíbrios e disfunções de natureza global e social, que não favorecem a identificação clara dos factores que conduzem os jovens a comportamentos auto-destrutivos e a consumos utilitaristas que põem em causa a sua saúde sexual;
- O principal desequilíbrio ecológico, ao nível do microssistema, situa-se na ausência, em certos casos, e na omnipresença, em outros, dos contextos primordiais; os contextos secundários constituem-se, no primeiro caso, em contextos formativos substituindo-se aos primários, e, no segundo caso, a vivência desses contextos secundários é tardia, inibindo os processos de desenvolvimento da autonomia pessoal;
- Este desequilíbrio ecológico potencia as disposições pessoais e pode mesmo criar tendências para a busca de alterações do limiar de consciência na busca dos limites pessoais e na construção da identidade, típicas da juventude;
- Estudos vários indicam a existência de correlação positiva entre o aumento de consumo de bebidas alcoólicas e o aumento de doenças sexualmente transmissíveis;
- Por outro lado, cada vez mais jovens procuram alterar propositadamente o seu estado de consciência para ter acesso a experiências sexuais ou para encontrar um novo parceiro; estas tentativas de alteração do limiar de consciência são claramente marcadas por novos padrões de consumo de bebidas alcoólicas: os jovens procuram embriagar-se rapidamente, querem alcançar muito depressa um estado de estreitamento da consciência;
- Sabe-se também que as relações sexuais praticadas em estado de embriaguez são normalmente desprotegidas;
- Por outro lado, não é garantido que a proibição de consumos específicos (tabaco, álcool, etc.) esteja a alterar o padrão de comportamento de risco dos jovens que procuram alterar o estado de consciência; só altera os locais de consumo, ou substitui os produtos consumidos.

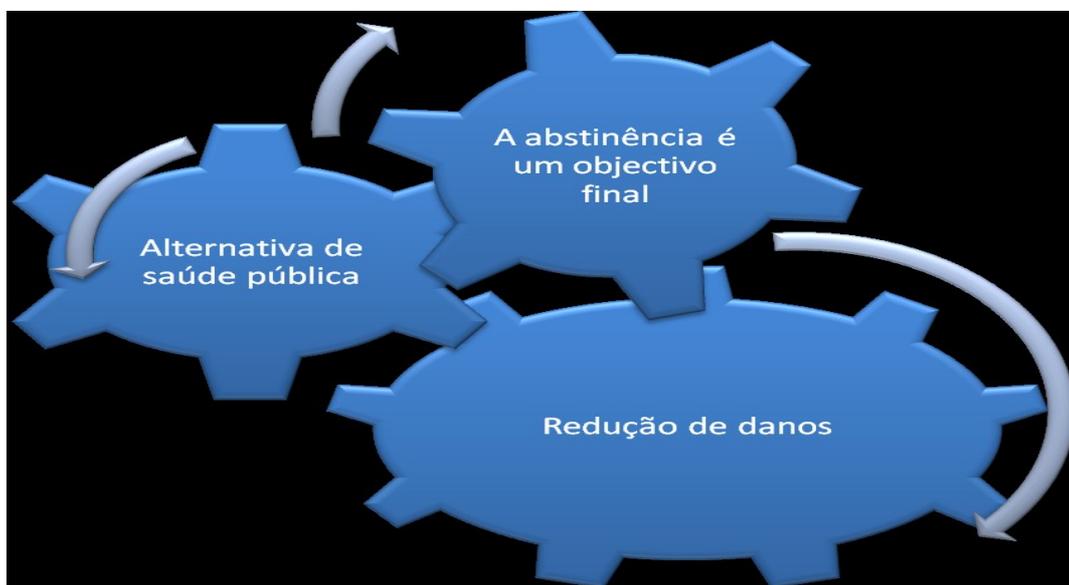
Disposições pessoais e contextos de vida ecologicamente desequilibrados, do ponto de vista do desenvolvimento e construção da pessoa, talvez sejam os

factores a ter em conta nesta tendência crescente dos jovens para comportamentos auto-destrutivos e de alienação da consciência.

3. Minimização de Riscos e Redução de Danos

Marlatt (1999; 2000) e Waal (2001) distinguem dois conceitos fundamentais:

- a) **Minimizar riscos** – situa-se ao nível da prevenção primária quando se abordam os perigos para a sociedade, com as devidas estratégias para a Saúde Pública;
- b) **Redução de danos** – refere-se ao indivíduo e às suas necessidades pessoais ou a grupos, cujos comportamentos destrutivos e danos já estão instalados.



A redução de danos (RD) assenta em cinco princípios básicos:

1. A RD é uma alternativa de saúde pública para os modelos moral/criminal e de doença do uso e de dependência de substâncias.
2. A RD reconhece a abstinência como resultado ideal, mas aceita alternativas que reduzam os danos.
3. A RD surgiu principalmente como uma abordagem de “baixo para cima”, baseada na defesa do dependente, em vez de uma política de “cima para baixo”, promovida pelos que concebem as políticas das dependências.
4. A RD promove o acesso a serviços de baixa exigência como uma alternativa para abordagens tradicionais de alta exigência.

5. A RD baseia-se nos princípios do pragmatismo empírico *versus* idealismo moralista.

Em 1990, o Instituto de Medicina nos E.U.A., na área do álcool demonstra a necessidade de aumentar o número de serviços para atendimento de pessoas, recorrendo à abordagem da Redução de Danos, com o objectivo de:

- a) Desenvolver a capacidade de beber sem consequências, motivando o indivíduo a alterar o seu padrão de consumo excessivo, aprender moderadamente e sem danos e, eventualmente, para quem o deseje, tornar-se abstinente.
- b) Aceitar que o indivíduo necessita de mais tempo ou eventualmente não consegue e x tempo melhorias incrementais.
- c) Promover a participação activa da população-alvo.

Em resumo, o principal desta perspectiva consiste em que o indivíduo seja o alvo do programa, seja o agente activo e responsável no seu próprio processo de mudança.



Segundo Marlatt (1999), são três as estratégias globais de redução de danos:

1. As práticas de redução de danos são susceptíveis de ser ensinadas a indivíduos ou grupos, atendendo que a educação é a chave para a prevenção e para a minimização dos danos relacionados com substâncias, ajudando as pessoas a desenvolverem motivação e habilidades associadas a um melhor auto-controlo.
2. A meta de redução de danos não pode ser atingida, a menos que haja disponibilidade ambiental de equipamentos e ambientes de redução

de danos, disponibilizando, por exemplo, tratamentos com agonistas e antagonistas e alterando as atitudes das instituições e dos prestadores dos cuidados de saúde.

3. As práticas públicas necessitam de ser reformuladas, de forma a acomodar a redução de danos, implica alteração em termos de legislação que regule o consumo de substâncias ilícitas e que estabeleça penas para aqueles que infringem a lei.

Este enquadramento exige a tomada em consideração, não só dos factores biológicos e dos estilos de vida, mas também do ambiente físico, cultural e socioeconómico, assim como a oferta e a organização adequada dos serviços prestadores de cuidados.

A Redução da Danos adquire, então, um sentido mais pragmático quando associada a políticas de minimização de riscos ou de promoção da saúde dos jovens. Neste contexto, Vasco Prazeres (2005) propõe a conjugação de três planos essenciais numa dimensão temporal alargada:

1. A saúde dos jovens, hoje – há que dar resposta às necessidades e aos problemas de saúde dos jovens no contexto da sua vida presente.
2. Os jovens enquanto promotores de ganhos em saúde no futuro – tendo em vista a adopção e a manutenção futura de estilos de vida promotores de saúde.
3. Os jovens como activadores de mudança – torna-se necessário criar condições para a participação e a auto-determinação dos jovens nas matérias que dizem respeito à sua saúde.

4. Propostas de Reflexão

Feito este enquadramento, não nos parece que devamos contestar as medidas políticas específicas de combate ao consumo abusivo de bebidas alcoólicas ou de drogas, e muito menos as medidas preventivas e ainda menos as de natureza curativa ou reabilitativa. Na verdade, elas são necessárias, são mesmo indispensáveis, se queremos evitar que, no curto prazo, a situação fique fora de controlo.

No entanto, de uma perspectiva social de promoção da saúde, que é a nossa, um problema como este, que corre o risco de atingir níveis cada vez mais preocupantes, carece de medidas de natureza social que consigam ir mais ao centro do problema.

No curto prazo, e numa perspectiva remediativa, é necessário criar condições de apoio às famílias, aos jovens e às instituições sociais de enquadramento formativo.

Mas estas medidas remediativas de curto prazo serão isso mesmo: de curto prazo. Não servem para, a médio e longo prazo, resolver o problema.

É, portanto, necessário colocar as soluções a um nível mais vasto da intervenção social. Com efeito, as condições materiais concretas de vida das pessoas não são neutras no problema.

A acção social no campo da promoção da saúde tem de reorientar-se firmemente para modelos de intervenção comunitária: mais do que nunca, é agora necessário apoiar as comunidades a encontrar as suas soluções; para isso, é indispensável que lhes sejam dadas competências e organização.

Não é muito credível que serviços desinseridos das comunidades consigam ajudá-las a superar no médio e longo prazo as suas dificuldades. Eles são necessários numa política de emergência social, enquanto não for possível encontrar soluções de continuidade, geridas na proximidade das pessoas e de acordo com as suas necessidades. Podem, esses serviços, até ser úteis, se servirem de ponto de apoio para a formação dos agentes das comunidades locais. Mas não serão a solução.

Por outro lado, o crescente aumento de comportamentos de risco nos jovens, sobretudo os associados à alienação da consciência, não são os únicos problemas das nossas sociedades modernas. Outros, muito provavelmente com eles correlacionados, devem preocupar todos os cidadãos conscientes e responsáveis. As condições sociais de vida das famílias - e nestas condições temos de ver mais do que o poder económico -, não são favoráveis à formação dos jovens. Este problema afecta também famílias de bons rendimentos: não é, portanto, uma questão única de pobreza. É uma questão social mais global, de modelos de vida que são impostos por uma hierarquia de valores, onde a preparação dos jovens para a vida adulta se posiciona muito abaixo do lugar que merece. Antes dela, encontra-se, para uns, a simples sobrevivência, para outros, a urgência em melhorar permanentemente a sua condição. Tal como nas áreas da economia e das finanças, ou na da cooperação internacional, muitos defendem um reordenamento de prioridades, também a formação dos jovens impõe, com tanta urgência como qualquer uma das anteriores, esse reordenamento.

A dificuldade no enunciado deste tipo de medidas gerais e na sua pormenorização resulta de um esquema mental que resiste a promover as mudanças necessárias nas comunidades concretas.

Por isso, é mais importante definir uma estratégia do que objectivos. E a estratégia é, do nosso ponto de vista, a revalorização educativa das comunidades de proximidade na formação dos jovens: aquilo a que se chama

também o “reforço da parentalidade positiva”, mas apoiado em condições comunitárias que não permitam o abandono da família ao desespero da sua inoperacionalidade.

PROMOVER UMA PARENTALIDADE POSITIVA - LÓGICA DE PREVENÇÃO	
CAPACIDADES EM DESENVOLVIMENTO NA CRIANÇA	PRINCÍPIOS DE PARENTALIDADE POSITIVA
Capacidades Sociais e de Comunicação	Construir e Manter um Ambiente seguro e Interessante
Capacidades de Autonomia	Construir e Manter um Ambiente Caloroso e Responsivo
Capacidades Emocionais	Construir Ambiente de Aprendizagem Positiva e Estimulante
Capacidades de Resolução de problemas	Supervisionar as Actividades da Criança – Disciplina Positiva
	Tomar Conta de Si como Pessoa

Não é seguro que esta perspectiva social e ecológica de intervenção consiga resolver todo o problema. É mesmo seguro que não o conseguirá. Com efeito, ela não enfrenta outras raízes do problema. No entanto, uma abordagem que promova a regularização da vida comunitária, no sentido do reforço da parentalidade positiva e do desenvolvimento da autonomia das crianças e jovens poderá ajudar a eliminar muitas das raízes do problema, tornando-o mais gerível, possibilitando assim que intervenções mais específicas nos processos disposicionais dos indivíduos possam ser mais eficazes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Balsa, et al. (2008). *II Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoactivas na População Geral: Portugal 2007*. Lisboa: CEOS/FCSH/UNL;
- Bronfenbrenner, U (1979). *The ecology of Human Development: Experiments by nature and Design*. Cambridge: Harvard University Press;

- Bronfenbrenner, U., e Morris, P. A., (2006). The bioecological model of human development, in W. Damon e R. Lerner (eds.), *Handbook of Child Psychology* (6ª ed.), New York: Wiley
- Dawson DA, Goldstein RB, Patricia Chou S, June Ruan W, Grant BF. *Age at First Drink and the First Incidence of Adult-Onset DSM-IV Alcohol Use Disorders*. In *Alcohol Clin Exp Res* Sep 2008;
- Instituto da Droga e da Toxicodependência, (2007), *Relatório Anual – A situação do País em matéria de drogas e Toxicodependências*, IDT, Lisboa;
- Lei n.º 48/90 de 24 de Agosto de 1990 – Lei de Bases da Saúde
- Marlatt, A (1999), *Redução de danos: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco*, Artmed Editora, Porto Alegre.
- Marlatt, A (2000), *Redução de danos e de comportamento de risco*, Simpósio Internacional sobre Álcool, Tabaco, Drogas e Saúde, Lisboa
- Ministério da Saúde (2004). *Plano Nacional de Saúde 2004-2010: orientações estratégicas*. Lisboa: Ministério da Saúde, vol. 2.
- Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, (2008), *Relatório Anual – Evolução do fenómeno da droga na Europa*, OEDT, Lisboa
- Prazeres, V (2005), *Bases do Programa Nacional de Saúde dos Jovens*, Direcção-Geral da Saúde, Divisão de Saúde Materna, Infantil e dos Adolescentes.
- Waal, H (2001), *A redução de riscos, componentes de uma abordagem global e pluridisciplinar dos problemas derivados do abuso de drogas*, in Presidência do Conselho de Ministros, *Regime geral de prevenção e redução de riscos e minimização de danos*, Documentos: discussão pública, Lisboa

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Gama Barbosa; Teresa; (2009); Impacto do Comportamento Auto-Destrutivo no Comportamento dos Jovens – O Caso do Consumo Excessivo de Álcool; in <http://quadernsanimacio.net>; nº 10, Julho 2009;



teresagamaportuguesa@gmail.com

<http://quadernsanimacio.net>